

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial - Hospital de Transplantes "Dr. Euryclides de Jesus Zerbini" - SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina

**SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**

CNPJ nº 61.699.567/0024-89

Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da S.P.D.M - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis emitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2020. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2020. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM.

Demonstrações Contábeis Comparativo dos Balanços Patrimoniais Exercícios encerrados em 31 de dezembro			Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais	
Ativo	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo Circulante</b>	<b>199.407.431,76</b>	<b>201.997.948,86</b>	<b>202.184.348,30</b>	<b>203.570.793,45</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3.1)	568.865,79	1.119.894,90	10.796.518,57	9.427.029,09
Bancos conta Movimento	2.328,99	2.776,80	10.796.518,57	9.427.029,09
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	566.536,80	1.117.118,10	<b>1.568.368,13</b>	<b>1.551.744,90</b>
<b>Cliente e Outros Recebíveis Saúde</b>	<b>190.373.092,83</b>	<b>191.741.491,77</b>	1.568.368,13	1.551.744,90
Contas a Receber - Saúde (Nota 3.3)	189.719.938,80	190.758.956,94	<b>17.882.754,84</b>	<b>39.937.110,70</b>
Valores a Receber SES	-	-	5.231.039,95	4.993.946,39
SP - HTEJZ (Nota 3.3.1)	168.180.000,00	155.665.000,00	1.347.805,45	1.362.972,84
Valores em Negociação Contrato - Saúde (Nota 3.3.2)	21.539.938,80	12.517.932,29	8.195.698,03	7.859.167,84
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.3.3)	-	22.576.024,65	Provisão de FGTS sobre Férias (Nota 3.14)	655.267,25
Outros Créditos Saúde	653.154,03	982.534,83	655.267,25	628.478,74
Adiantamentos e outros créditos (Nota 3.4)	653.154,03	982.534,83	Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03	7.705,53
Despesas Antecipadas Saúde	225.798,86	1.236,15	Impostos a Recolher (Nota 3.16)	2.436.314,69
Despesas Antecipadas (Nota 3.5)	225.798,86	1.236,15	Provisão de despesas c/quitacoes - Saúde	-
Estoque Saúde (Nota 3.6)	8.239.674,28	9.135.326,04	Provisão PIS s/ 13º Salário e Férias - Saúde	78.591,70
Materiais utilizados no Setor de Nutrição - Saúde	36.089,65	41.444,56	Benefícios	8.923,94
Materiais utilizados no Setor de Farmácia - Saúde	1.838.287,73	1.658.147,83	<b>Tributos</b>	<b>400.227,49</b>
Materiais de Almoxarifado - Saúde	3.813.737,71	2.813.942,98	Obrigações Tributárias (Nota 3.17)	400.227,49
Operações com Materiais de Terceiros - Saúde (Nota 3.7.2)	2.421.027,19	1.091.621,61	<b>Conta a Pagar / Valores de Terceiros</b>	<b>171.536.479,27</b>
Outros mat. transitáveis/Produção SPDM-Saúde	-	3.413.068,30	Valores Transitáveis	861,59
Empréstimos de Materiais a Terceiros (Nota 3.7)	130.532,00	117.100,76	Convênios/Contratos Públicos	-
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>696.529.497,25</b>	<b>10.840.091,84</b>	a Realizar (Nota 3.19)	165.938.452,33
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>684.265.704,96</b>	<b>10.840.091,84</b>	Serviços de Terceiros P. Física	449.846,89
Diversos Valores a Receber	684.265.704,96	-	Outras Contas a Pagar (Nota 3.18)	154.847,67
Valores a Receber SES	-	-	Diversos a Pagar SPDM	2.447.365,41
SP - HTEJZ (Nota 3.8)	658.705.000,00	-	Estrutura SPDM - Saúde	62.693,17
Valor Estimado - Rescisão de Contrato (Nota 3.9)	25.560.704,96	-	Recebimento de Materiais de Terceiros	61.385,02
Imobilizado - Bens Próprios	5.267.322,89	2.261.225,27	Operações c/ Mat. Terceiros	2.421.027,19
Imobilizado Próprio em Operação	5.267.322,89	2.261.225,27	<b>Passivo não Circulante</b>	<b>693.752.580,71</b>
Depreciações	(838.210,59)	(395.712,87)	<b>Não Circulante Saúde</b>	<b>693.752.580,71</b>
Imobilizado Próprio	(838.210,59)	(395.712,87)	<b>Recursos Contratos em Execução - Saúde</b>	<b>692.100.384,95</b>
Ativo Imobilizado Terceiros (Nota 3.10)	31.172.045,56	30.072.214,79	Imobilizado - Bens de terceiros	32.107.279,14
Imobilizado - Bens de Terceiros	31.172.045,56	30.072.214,79	Ajuste vida útil econômica - Bens de terceiros	(24.272.599,15)
Ajuste Vida Útil Econômica	-	-	Valor Estimado - Rescisão de Contrato	25.560.704,96
Bens Terceiros (Nota 3.10.1)	(23.403.760,05)	(21.155.721,63)	Convênios/Contratos Públicos	-
Bens Terceiros	(23.403.760,05)	(21.155.721,63)	a Realizar (Nota 3.19)	658.705.000,00
Intangível Terceiros	935.233,58	905.065,58	<b>Outras Obrigações com Terceiros-Saúde</b>	<b>1.652.195,76</b>
Intangível de Terceiros	935.233,58	905.065,58	Provisão de Despesa Proc. Civeis (Nota 3.21)	33.900,00
Ajuste Vida Útil Econômica	-	-	Provisão Despesa Proc.	-
Intangível Terceiros	(868.839,10)	(846.979,30)	Trabalhistas (Nota 3.21)	257.934,51
Intangível Terceiros	(868.839,10)	(846.979,30)	Diversos a Pagar SPDM	1.360.361,25
<b>Total do Ativo</b>	<b>895.936.929,01</b>	<b>212.838.040,70</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>895.936.929,01</b>
<b>Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>	<b>Dez/19</b>	<b>Dez/18</b>	<b>Patrimônio Líquido (Nota 5)</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>205.387.324,96</b>	<b>189.280.589,23</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>895.936.929,01</b>
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-	<b>Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro - Valores em Reais</b>	<b>Dez/19</b>
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-	<b>1 - Receitas</b>	<b>205.387.324,96</b>
Depreciação e amortização	442.497,72	226.121,64	1.1) Prestação de serviços	173.901.778,47
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-	1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-	1.3) Outras Receitas	581.712,15
Variações nos ativos e passivos	-	-	1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	30.903.834,34
(Aumento) Redução em contas a receber	1.039.018,14	(2.271.872,32)	1.5) (-) Prov. Cred. Liquid. Duvidosa/ Receitas anuladas E	-
(Aumento) Redução outros créditos	(683.936.324,16)	136.130.844,18	<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>72.213.049,24</b>
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(224.562,71)	31.851,57	2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	43.016.974,63
(Aumento) Redução em estoques	(80.622,47)	(1.213.203,25)	2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	26.325.822,20
Aumento (Redução) em fornecedores	1.386.112,71	830.244,67	2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	1.139.420,01
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	702.087.686,28	(138.582.014,56)	2.4) Outros	1.730.832,40
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(18.258.737,00)	5.186.605,41	<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>133.174.275,72</b>
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(1.139.899,45)	(1.889.630,28)	<b>4 - Retenções</b>	<b>442.497,72</b>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	1.315.169,06	(1.551.052,94)	4.1) Depreciação, amortização e exaustão	442.497,72
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-	<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>132.731.778,00</b>
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>531.080,83</b>
(-) Aquisições de imobilizado	(3.006.097,62)	-	6.1) Receitas financeiras	531.080,83
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.139.899,45	1.889.630,28	<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>133.262.858,83</b>
(-) Adição de bens intangíveis	-	-	<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>133.262.858,83</b>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.866.198,17)	1.889.630,28	8.1) Pessoal e encargos	98.895.380,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	8.2) Impostos, taxas e contribuições	603.818,46
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.3) Juros	338,36
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-	8.4) Aluguéis	2.859.486,85
Juros pagos por empréstimos	-	-	8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	30.903.834,34
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-	8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(551.029,11)	338.577,34	gestão n. SPDOC 1989972/2019 com a SES, publicado em Diário Oficial no dia 03/12/2019 pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 01/12/2019, com o objetivo de operacionalização da Gestão e Execução das atividades de serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. O valor global do contrato de gestão foi de R\$ 840.900.000,00 (Oitocentos e quarenta milhões, e novecentos mil reais). O hospital recebeu em 2019 os valores repassados através do contrato de gestão n.º 001.0500.000061/2014 totalizaram R\$ 169.800.000,00 (Cento e sessenta e nove milhões, e oitocentos mil reais) para custeio.	
Saldo inicial de Caixa e equivalente	1.119.894,90	781.317,56	<b>1 - Imunidade Tributária:</b> A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. <b>2 - Apresen-tações das Demonstrações Contábeis:</b> Na elaboração das demonstrações financeiras de 2019, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução No. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Res. CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. <b>2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolu-ção nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):</b> As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. <b>2.2 - Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini - Av. Briquedei-</b>	
Saldo final de Caixa e equivalente	568.865,79	1.119.894,90		

Fluxos de caixa das atividades operacionais	dez/19	dez/18
Superávit /Déficit do exercício/período	-	-
Ajustes p/ conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais	-	-
Depreciação e amortização	442.497,72	226.121,64
Resultado na venda/baixas de ativos imobilizado	-	-
Ajuste nas contas do Patrimônio Líquido	-	-
Variações nos ativos e passivos	-	-
(Aumento) Redução em contas a receber	1.039.018,14	(2.271.872,32)
(Aumento) Redução outros créditos	(683.936.324,16)	136.130.844,18
(Aumento) Redução de despesas antecipadas	(224.562,71)	31.851,57
(Aumento) Redução em estoques	(80.622,47)	(1.213.203,25)
Aumento (Redução) em fornecedores	1.386.112,71	830.244,67
Aumento (Redução) nas doações e subvenções/Contratos de gestão	702.087.686,28	(138.582.014,56)
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões	(18.258.737,00)	5.186.605,41
Aumento (Redução) de Bens de Terceiros	(1.139.899,45)	(1.889.630,28)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	1.315.169,06	(1.551.052,94)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	-	-
(+) Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-
(-) Aquisições de imobilizado	(3.006.097,62)	-
(-) Adição de Bens de Terceiros	1.139.899,45	1.889.630,28
(-) Adição de bens intangíveis	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(1.866.198,17)	1.889.630,28
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-
Captação de Empréstimos e financiamentos	-	-
(-) Pagamentos de Empréstimos e financiamentos	-	-
Juros pagos por empréstimos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	-	-
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(551.029,11)	338.577,34
Saldo inicial de Caixa e equivalente	1.119.894,90	781.317,56
Saldo final de Caixa e equivalente	568.865,79	1.119.894,90

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras:** A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs. 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. **Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, adiante denominado (HTEJZ) é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula Óssea), Nefrologia (Transplante Renal), Hepatologia (Transplante Hepático), Oftalmologia de Alta Complexidade (Transplante de Córnea) e especialidades como Neurologia (Epilepsia e Mal de Parkinson, Tumores de Hipófise) e Urologia (Centro de Referência do Homem). Foi inaugurado em 25 de Janeiro de 1954, o Hospital Brigadeiro - UGA V pertencente ao I.A.P.C. (Instituto de Aposentadoria e Previdenciário dos Comerciantes) até a fusão dos institutos de previdência, quando passou a ser administrado pelo INAMPS, para atendimento restrito a pacientes servidores. Em 1988 o Governo do Estado de São Paulo assumiu a gestão do hospital como integrante do SUS. Em janeiro de 2010 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS), venceu o processo de convocação pública para o gerenciamento do hospital. O contrato de gestão n. 001.0500.000061/2014 com a SES, publicado em Diário Oficial no dia 31/12/2014 pelo prazo de 05 (cinco) anos, foi encerrado em 30/11/2019. A SPDM firmou contrato de

1 - Receitas	205.387.324,96	189.280.589,23
1.1) Prestação de serviços	173.901.778,47	160.867.372,33
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	-	-
1.3) Outras Receitas	581.712,15	60.339,65
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	30.903.834,34	28.352.877,25
1.5) (-) Prov. Cred. Liquid. Duvidosa/ Receitas anuladas E	-	-
<b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>	<b>72.213.049,24</b>	<b>65.610.473,57</b>
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações d	43.016.974,63	38.503.494,16
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	26.325.822,20	25.249.993,29
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	1.139.420,01	687.832,01
2.4) Outros	1.730.832,40	1.169.154,11
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>133.174.275,72</b>	<b>123.670.115,66</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>442.497,72</b>	<b>226.121,64</b>
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	442.497,72	226.121,64
<b>5 - Valor Adicionado Líquido Produzido Pela Entidade (3-4)</b>	<b>132.731.778,00</b>	<b>123.443.994,02</b>
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>531.080,83</b>	<b>9.522,79</b>
6.1) Receitas financeiras	531.080,83	9.522,79
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>133.262.858,83</b>	<b>123.453.516,81</b>
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>133.262.858,83</b>	<b>123.453.516,81</b>
8.1) Pessoal e encargos	98.895.380,82	92.353.022,68
8.2) Impostos, taxas e contribuições	603.818,46	954.270,38
8.3) Juros	338,36	29.132,73
8.4) Aluguéis	2.859.486,85	1.764.213,77
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	30.903.834,34	28.352.877,25
8.6) Lucros retidos / prejuízo do período	-	-

Instuição Financeira	Tipo de Aplicação*	Taxa %	31/12/2019
Banco Do Brasil	CDB DI	95,00	566.536,80
<b>Total</b>			<b>566.536,80</b>

ro Luís Antônio, 2651 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01401-901 - CNPJ nº 61.699.567/0024-89. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002), e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações

continuação referentes a prêmios de seguros de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.6 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2019 é de **R\$ 8.239.674,28**.

Tipo	Valores em Reais	
	31.12.2019	31.12.2018
Materiais utilizados no setor de Nutrição	36.089,65	41.444,56
Materiais utilizados no setor de Farmácia	1.838.287,73	2.251.196,67
Materiais de Almoxarifado	3.813.737,71	2.220.894,14
Materiais de Terceiros Consignados	2.421.027,19	3.413.068,30
Materiais de Terceiros Emergenciais	130.532,00	117.100,76
<b>Total</b>	<b>8.239.674,28</b>	<b>8.043.704,43</b>

**3.7 - Operações com outros materiais de terceiros:** O HTEJZ possui outros materiais terceiros para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 130.532,00, que integram o estoque da instituição. **3.7.2 - Materiais em Consignação/Terceiros:** O HTEJZ em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantém em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais

**Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens Próprios em 2019**

Imobilizado Bens Próprios em Operação	Posição em 31/12/2018		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2019	
	Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27
	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27	
	<b>Posição em 31/12/2018</b>	<b>Transferência Baixa</b>	<b>Quotas de Depreciação</b>	<b>Posição em 31/12/2019</b>	<b>Taxas Anuais Médias Ajustes %</b>			
<b>Depreciação Imobilizado Bens Próprios</b>	<b>(395.712,87)</b>	<b>-</b>	<b>(442.497,72)</b>	<b>(838.210,59)</b>	<b>10%</b>			
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(395.712,87)	-	(442.497,72)	(838.210,59)	10%			

**Demonstrativo da Movimentação de Bens do Ativo Imobilizado Em 2019**

Imobilizados-Bens De Terceiros - Bens Moveis	Posição em 31/12/2018		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2019	
	Apar Equip Utens Med Odont Lab	30.072.214,79	1.122.510,77	-	-	22.680,00	-	31.172.045,56
Equip Processamento de Dados	23.136.314,89	107.068,11	-	-	-	-	23.243.383,00	
Mobiliário em Geral	704.817,47	440.443,48	-	-	-	-	1.145.260,95	
Maq Utens e Equip Diversos	3.991.209,77	388.968,54	-	-	-	-	4.380.178,31	
Veiculos de Tração Mecânica	1.646.573,27	40.411,82	-	-	-	-	1.686.985,09	
Aparelhos de Medição	223.780,00	-	-	-	22.680,00	-	201.100,00	
Apar e Equip Comunicação	2.175,80	12.286,00	-	-	-	-	14.461,80	
Apar e Utens Domesticos	5.801,90	-	-	-	-	-	5.801,90	
Equip p/Audio Video e Foto	206.532,00	69.600,20	-	-	-	-	276.132,20	
Imobilizados-Bens de Terceiros - Intangível	155.009,69	63.732,62	-	-	-	-	218.742,31	
Software	905.065,58	30.168,00	-	-	-	-	935.233,58	
	905.065,58	30.168,00	-	-	-	-	935.233,58	
	<b>Posição em 31/12/2018</b>	<b>Transferência Baixa</b>	<b>Ajustes Vida Útil</b>	<b>Posição em 31/12/2019</b>	<b>Taxas anuais médias Ajustes %</b>			
<b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Moveis</b>	<b>(21.155.721,63)</b>	<b>-</b>	<b>(2.270.718,42)</b>	<b>(23.426.440,05)</b>	<b>10%</b>			
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(16.201.466,49)	-	(1.580.089,50)	(17.781.555,99)	10%			
Equip Processamento de Dados	(353.512,07)	-	(171.457,23)	(524.969,30)	10%			
Mobiliário em Geral	(3.219.755,03)	-	(284.683,32)	(3.504.438,35)	10%			
Máquinas Utens e Equip Diversos	(960.263,60)	-	(186.724,81)	(1.146.988,41)	10%			
Veiculos de Tração Mecânica	(223.780,00)	-	-	(223.780,00)	20%			
Aparelhos de Medição	(54,39)	-	(1.241,36)	(1.295,75)	10%			
Aparelhos de Equip Comunicação	(4.765,46)	-	(671,96)	(5.437,42)	10%			
Aparelhos e Utens Domesticos	(108.081,70)	-	(22.875,51)	(130.957,21)	10%			
Equip p/Audio Video e Foto	(84.042,89)	-	(22.974,73)	(107.017,62)	10%			
<b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Intangível</b>	<b>(846.979,30)</b>	<b>-</b>	<b>(21.859,80)</b>	<b>(868.839,10)</b>	<b>20%</b>			
Software	(846.979,30)	-	(21.859,80)	(868.839,10)	20%			

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2019 de bens moveis e intangíveis totalizaram R\$ 1.152.678,77, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.10.1 - Ajuste Vida Útil Econômica - Bens Móveis:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.10 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado.

**3.11 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 45 dias. **3.12 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.13 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.14 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.15 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.16 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT. **3.17 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de INSS, ISS, IRRF e PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2019 representaram R\$ 400.227,49. **3.18 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição.

**3.19 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Itens 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31/12/2019 representa R\$ 165.938.452,33 (Cento e sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos) e a realizar em longo prazo representa R\$658.705.000,00 (Seiscentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e cinco mil reais). **3.20 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.21 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável

representam R\$ 151.539,36. A SES (FURP) fornece para o HTEJZ medicamentos de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representaram R\$ 2.269.487,83. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2019 o montante de R\$ 2.421.027,19, os quais o HTEJZ contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.8 - Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2019 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão n.º SPDOC 1989972/2019 de 03/12/2019 proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 658.705.000,00 (Seiscentos e cinquenta e oito milhões e setecentos e cinco mil reais). **3.9 - Estimativa de Rescisão Contratual:** A entidade entendeu por bem realizar uma estimativa de rescisão contratual, em contas de ativo e passivo, em caso de rescisão unilateral dor parte do órgão público contratante. Devido a sua relevância, a estimativa leva em consideração os valores para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2019, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativa Rescisão Contratual	Saldo Final em 31.12.2019
Aviso Prévio indenizado	R\$ 8.575.233,90
Multa FGTS Rescisória (50%)	R\$ 16.985.471,06
<b>Total</b>	<b>R\$ 25.560.704,96</b>

**3.10 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado do Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini é composto por bens de terceiros, os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. O saldo de 31/12/2019, contempla os bens adquiridos com os recursos do contrato de gestão e os bens disponibilizados pela SES conforme Termo de Permissão de Uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórias, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2019 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de **R\$ 1.445.968,39**, havendo processo com a possibilidade de perda tida como "remota" no valor apurado de **R\$ 10.000,00**. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2019, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a **R\$ 850.829,14**. Com relação às execuções tributárias foram apuradas contingências com a probabilidade de perda remota no valor de **R\$ 369.172,94**.

SPDM-Hospital de Transplantes Dr Euryclides de Jesus Zerbini			
Passivas	Trabalhista	Cível	Tributária
Provável	257.934,51	33.900,00	-
Possível	850.829,14	1.445.968,39	-
Remota	-	10.000,00	369.172,94

**4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avises bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Res. CFC Nº 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios.

**4.2 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/Contratos Públicos a Realizar", em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2019 tais valores representam o montante de R\$ 294.218,94. **4.3 - Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos setores administrativos e de apoio a instituição e foram classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.4 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2019, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

CNPJ nº 61.699.567.0024-89	R\$
<b>Contratos de Gestão</b>	<b>1.500.000,00</b>
Contrato gestão n.º001.0500.000061/2014-04/2018-Parc.3/3	154.165.000,00
Contrato gestão n.º001.0500.000061/2014-T.R. 01/19	120.000,00
Contrato gestão n.º001.0500.000061/2014-T.R. 02/19	14.015.000,00
Contrato gestão n.ºSPDOC 1989972/2019-custeio dez/2019	169.800.000,00
<b>Total</b>	<b>1.500.000,00</b>

**5 - Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2018 e 2019, respectivamente. **6 - Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2017, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de **R\$ 168.300.000,00** (Cento e sessenta e oito milhões, e trezentos mil reais), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de **R\$ 174.513.808,78** (Cento e setenta milhões, quinhentos e treze mil, oitocentos e oito reais e setenta e oito centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de **R\$ 5.293.616,89** (Cinco milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos). O resultado deficitário ficará consignado em conta específica do passivo até o final do contrato de gestão. Esse desequilíbrio pode estar associado ao aumento da demanda, ausência de recursos ou reajustes inflacionários para cobertura de dissídios e outros custos/despesas, itens influentes para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de gestão. **6.1 - Enfase ao Resultado:** O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini apurou no exercício de 2019, um déficit de **R\$ 5.293.616,89** (Cinco milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos). Sendo o primeiro hospital público especializado em transplantes de órgãos e tecidos (fígado, pâncreas, rim, córnea e medula óssea) e o maior centro de serviços de urologia do Brasil (Centro de Referência em Saúde do Homem), bem como o maior serviço de Hematologia da Cidade de São Paulo. Considerando a própria natureza do contrato de gestão, o financiamento de suas operações 100% SUS, e que o hospital não possui recursos próprios, para autossuficiente auferir outros recebimentos complementares de modo a igualar as receitas efetivas com as despesas assumidas no período, o HTEJZ busca o aporte financeiro junto a contratante, e, paralelamente adota política de controle internos dos gastos e otimização dos recursos públicos recebidos, tomando iniciativas na redução dos custos, visando reverter o cenário de déficit acumulado nos próximos anos. Nesse aspecto comparando o 2018 em relação a 2017, com sucesso a gestão atingiu equilíbrio entre os recursos e as aplicações deles, resultando em um discreto superávit de R\$ 51.377,44. No entanto, no ano 2019 devido a mudanças no cenário econômico e as demandas de atendimento médico de alta complexidade superarem diversas linhas de ofertas relevantes pactuadas de 100% para por exemplo atender as Saídas de Clínica Cirúrgica no total de 116%, SADT Externo em 159% e Tratamento Especializado em Nefro-dialítico em 188%, onde esse maior esforço para manter a qualidade e a segurança do paciente, que resultou no desequilíbrio financeiro-econômico de 3,14% de gastos a mais que os recursos recebidos para custeio do mesmo período. **7 - Das Disposições da Lei 12.101 e PORTARIA 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base nos atendimentos ambulatoriais prestados. Os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, apresentou em 2019 nesta unidade a seguinte produção:

Produção 2019	
Linha de Atendimento	Contratado
<b>Internações</b>	<b>6.918</b>
Saída Hospitalar	6.923
Nº de paciente dia	34.792
Nº de cirurgias	6.947
<b>DIÁRIAS DE UTI - TOTAL</b>	<b>5.382</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>	<b>9.847</b>
Consulta/atendimento de urgência (PS/PA)	144.992
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>115.613</b>
Consulta médica	29.379
Atendimento não médico	1.841
HD/Cirurgia Ambulatorial	76.515
<b>SADT - Total</b>	<b>76.515</b>
<b>Tratamento Especializado</b>	<b>13.194</b>
Quimioterapia	6.168
Nefro-dialítico	3.265
Litotripsia	181
<b>Transplantes - Total</b>	<b>83</b>
Transplante córnea	34
Transplante hepático	62
Transplante medula óssea	2
Transplante renal	

**8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão**

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2019					
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total
	Contra-tado	Realizado	Contra-tado	Realizado	
<b>Internações</b>	<b>- 3350</b>	<b>- 3568</b>	<b>- 3568</b>	<b>- 3568</b>	<b>6918</b>
Saída Hospitalar - Total	3030	3299	3075	3624	6105
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	1140	1228	1140	1247	2280
Saída Hospitalar-Cl. Cirúrgica	1890	2071	1935	2377	3825
<b>HD/CIR. Ambulatorial-Total</b>	<b>810</b>	<b>869</b>	<b>830</b>	<b>972</b>	<b>1841</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/E</b>	<b>4800</b>	<b>4876</b>	<b>4800</b>	<b>4971</b>	<b>9600</b>
Consulta de urgência	4800	4876	4800	4971	9600
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>60840</b>	<b>73785</b>	<b>61780</b>	<b>71207</b>	<b>122620</b>
Consulta médica - Total	54480	58937	54480	56676	108960
Atendimento não médico-Total	6360	14848	7300	14531	13660
<b>SADT Externo - Total</b>	<b>1206</b>	<b>2101</b>	<b>1226</b>	<b>1768</b>	<b>2432</b>
<b>Tratamento Especializado</b>	<b>10200</b>	<b>6346</b>	<b>10200</b>	<b>6848</b>	<b>20400</b>
Quimioterapia	1620	3878	1660	2290	3280
Nefro-dialítico	1680	1640	1720	1625	3400
Litotripsia	-	67	-	114	181
<b>Transplantes - Total</b>	<b>- 2</b>				



► **continuação 9 - Contribuições Sociais:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30 de outubro de 2017, a entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2019 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 30.903.834,34. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta foram, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes a COFINS, PIS sobre folha de pagamentos, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF.

**9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2019, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montante de R\$ 21.486.006,39. Em 2018, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 23.884.841,53. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2019 atingiu um montante de R\$ 1.427.133,49. Em 2018 o referido valor de receita totalizou R\$ 1.313.128,43. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2019 foi de R\$ 5.192.084,80. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2018, esse montante foi de R\$ 4.813.623,79. **9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento (PIS - Fopag):** Em virtude do Acórdão Publicado em 03.07.2019 pelo Desembargador Marcelo Mesquita Saraiva, nos **Embargos de Declaração em Apelação/Remessa Necessária nº 0027951-41.2004.4.03.6100/SP - 2004.61.00.027951-7/SP, a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** garantiu o

direito a manutenção da imunidade ao PIS sobre a folha de pagamento, cabendo a restituição de valores recolhidos em anos anteriores, devidamente corrigidos pela taxa Selic, como prevê o acórdão abaixo. A unidade estima recuperar o montante de R\$ 5.565.254,73 pagos no período de 2016 a 2019 mediante apresentação dos respectivos comprovantes em processo judicial a ser movido no primeiro semestre de 2020. **9.5 - Trabalho voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89, e os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 20.114,88. Em 2019 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89, enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram o montante de R\$ 11.787,71. **10 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **11 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de dezembro de 2.019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM • Dr. Otávio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico • Mona Irene da Rocha Gomes - Contadora - CRC 1MA 006470/O-5 T SP

#### Relatório dos Auditores Independentes

**Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplante Dr. Eurycles de Jesus Zerbini** que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 27 de março de 2020. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório nº 7710/04.**

**certificadodigital**  
um serviço com a excelência Imprensa Oficial

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado



Acesse e descubra

[certificadodigital.imprensaoficial.com.br](https://certificadodigital.imprensaoficial.com.br)

